



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171152 - SC (2020/0057807-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE
FLORIANÓPOLIS - SC

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE MARÍLIA -
SP

INTERES. : JOSE CARLOS DA SILVA

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. RÉU PRESO EM COMARCA DIVERSA DAQUELA EM QUE FOI CONDENADO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO SUSCITADO ACERCA DE SUA COMPETÊNCIA OU INCOMPETÊNCIA PARA APRECIACÃO DA AÇÃO PENAL. ART. 114 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE FLORIANÓPOLIS – SC contra o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE MARÍLIA – SP.

O Juízo Suscitante entende que não provoca o deslocamento de competência para a execução da pena o mero fato de o réu, em decorrência do cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Juízo que prolatou a sentença, ter sido preso em comarca distinta daquela em que fora condenado.

Pondera que "*o Juízo da Comarca de Marília, sem qualquer decisão fundamenta, remteu os autos para a presente Comarca, em razão do cumprimento do mandado de prisão com o consequente recolhimento do apenado em estabelecimento prisional desta Comarca*" (fl. 59).

Nessas condições, suscitou o presente conflito de competência com fulcro nos arts. 115, inciso III, e 116, § 1.º, ambos do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 74-77, opinando pela competência do Juízo Suscitado.

É o relatório.

Decido.

Não há conflito de competência na hipótese.

Dispõe o art. 114 do Código de Processo Penal:

"Art. 114. Haverá conflito de jurisdição:

I - quando duas ou mais autoridades judiciárias se considerarem competentes, ou incompetentes, para conhecer do mesmo fato criminoso;

II - quando entre elas surgir controvérsia sobre unidade de juízo, junção ou separação de processos."

Do cenário narrado pelo ora Suscitante, não está evidenciada quaisquer das hipóteses supramencionadas.

No caso, verifica-se que não há manifestação do Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais de Marília – SP acerca de sua competência, ou não, para processar e eventualmente julgar o processo-crime.

Assim, à luz do art. 105, inciso I, alínea *d*, da Constituição Federal, não há conflito de competência a ser dirimido por este Superior Tribunal de Justiça.

Com igual conclusão, transcrevo, ainda, os seguintes precedentes deste Tribunal Superior:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ART. 105, I, 'd' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 114 E 115, DO CPP. JUÍZES SE DECLARANDO COMPETENTES OU INCOMPETENTES. AUSÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Serão julgados nesta Corte os conflitos de competência estabelecidos entre quaisquer tribunais, ressalvada a competência do STF, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, 'd', da Constituição Federal.

2. Admite-se a instauração do conflito de competência nos termos do art. 115 do CPP, desde que haja duas ou mais autoridades judiciárias se declarando competentes ou incompetentes para conhecer do mesmo fato criminoso, ou quando entre elas surgir controvérsia sobre unidade de juízo, junção ou separação de processos, o que não é a hipótese dos autos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no CC 122.081/PR, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2013, DJe 20/03/2013.)

"PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. CRIME DE CONTRABANDO E PORTE ILEGAL DE ARMA. AUSÊNCIA DE CONFLITO POSITIVO OU NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA NOS TERMOS EM QUE PROFERIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Para que haja conflito de jurisdição é necessário o pronunciamento controverso de dois ou mais juízos, nos termos do art. 114 do CPP, o que inexistiu no caso em exame.

2. É facultado à parte, na ação penal, arguir exceção de incompetência, meio processual adequado para afastar a competência do juízo processante (art. 108 do CPP). Pode, ainda, suscitar o conflito, contanto que este já esteja de fato revelado (art. 195 do Regimento Interno do STJ).

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no CC 39.947/CE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/08/2005, DJe 26/09/2005.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora